

A CORDA BAMBA DA INCLUSÃO EDUCACIONAL: O CASO DE UM MUNICÍPIO DE PERNAMBUCO

Maria de Souza Cavalcante¹
Ingrid Larissa Pedroza Barros²
Rafaella Asfora Siqueira Campos Lima³

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo refletir sobre os pressupostos que permeiam o paradigma da inclusão educacional a partir da legislação, bem como as práticas pedagógicas desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência em uma escola da zona da mata de Pernambuco. Para tal, optou-se pela escolha metodológica de pesquisa do tipo qualitativa. Como instrumentos para a coleta de dados utilizou-se entrevista semiestruturada e observação não participante. Os resultados apontaram que apesar de estarmos sob o paradigma da educação inclusiva, a escola se configura como integradora, pois é o aluno que precisa se adequar à escola, além disso, constatamos a ausência de práticas pedagógicas inclusivas, e a presença de barreiras físicas e atitudinais, reforçadas em seu Projeto Político Pedagógico.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, práticas pedagógicas, alunos com deficiência.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata o projeto intitulado “Uma escola para todos: O caminho entre a integração e inclusão” a partir da realidade de uma escola que têm se deparado com a presença de alunos com deficiência inseridos nos diferentes níveis de ensino. Como futuras pedagogas, nosso foco é a Educação Básica, e por sermos estudantes de uma Universidade Pública escolhemos trabalhar na rede municipal de ensino. Optou-se pela realização do trabalho em uma escola localizada na zona da mata norte de Pernambuco, uma vez que há várias pesquisas desenvolvidas em escolas do Recife e da região metropolitana.

Atualmente a defesa de uma “educação para todos”, presente em documentos como a Constituição Federal de 1988, Declaração de Salamanca, 1994, até os marcos legais que retomam a garantia dos Direitos Humanos, como a Lei Brasileira de Inclusão de 2015, ainda há escolas que não asseguram a participação e aprendizagem de seus estudantes com deficiência. Assim, embora a Lei Brasileira de Inclusão destinada à pessoa com deficiência, em seu artigo primeiro afirme que é preciso “a assegurar e a promover, em condições de

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, mari13_cavalcante@hotmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, laripedroza04@gmail.com;

³ Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, pibidasforarafaella@gmail.com.

igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania", ainda há muita integração e pouca inclusão na maioria das escolas.

As marcas do tratamento dado às pessoas com deficiência, com segregação e associação de deficiência com doença e incapacidade ainda podem ser vistas no processo educativo atual. A denominada política inclusiva vem para não só dar obrigatoriedade de matrícula, e normas que resguardem o direito dessas pessoas, mas também para tentar englobá-los de maneira completa no sistema educacional em todos os níveis de ensino.

Inclusão segundo Sassaki (2009, p. 01) “é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana”. Não basta matricular, permitir a frequência do aluno, é necessário assegurar acessibilidade, igualdade de oportunidades, a não discriminação pela deficiência, ou o que vai acontecer é apenas a integração do estudante.

Glat, Pletsch e Fontes (2007) a proposta da integração propunha preparar os alunos com deficiência para frequentarem as salas de aula regulares, o problema nisso é o fato de desresponsabilizar a escola, ela não teria que se adequar e mudar práticas para receber a todos, ela ensinaria apenas aos que acompanhassem as práticas educativas do jeito que já estavam consolidadas, isso fazia com que muitos permanecessem em escolas e classes especiais.

Essa “inclusão maquiada” pode ocorrer em virtude de uma série de barreiras que se impõem frente a esses alunos, que podem ser arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, tal como na forma de normas escolares que dificultem a inclusão do aluno ou em atitudes que interfiram no desenvolvimento educacional dessas pessoas, as barreiras atitudinais.

Levando em consideração as barreiras comumente presentes nas instituições de ensino e em virtude dos poucos estudos sobre a inclusão nas escolas da zona da mata de Pernambuco, optamos por pesquisar uma escola na cidade de Aliança, com o objetivo de refletir sobre os pressupostos que permeiam o paradigma da inclusão educacional a partir da legislação, bem como as práticas pedagógicas desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência.

METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa configura-se como uma investigação de natureza qualitativa, que para as autoras Markoni e Lakatos (2003), é uma metodologia de caráter

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

exploratório e interpretativo a partir dos dados coletados durante a pesquisa com predominância descritiva e interpretativa, tendo foco no processo e não apenas nos resultados finais, buscando entender o fenômeno da construção de uma educação inclusiva. Quanto à caracterização, temos um estudo de caso particular que se configura, “quando procura compreender melhor um caso particular em si, em seus aspectos intrínsecos” (VENTURA, 2007, p.384).

O campo da pesquisa foi a Escola Municipal Professora Anisia Pereira de Lira, localizada longe do centro da cidade de Aliança, têm 696 alunos matriculados, 28 turmas, 14 salas de aula, total de 68 funcionários e com público de nível sócio econômico Médio baixo, funciona nos níveis infantil, fundamental I e II e EJA, funcionando nos três turnos (Manhã, tarde e noite). Além disso, encontramos uma sala para a "educação especial" com 16 alunos matriculados. Não há na escola, profissionais ou materiais voltados para a inclusão (libras, braile, sala de recursos multifuncionais).

Do ponto de vista procedimental, primeiramente houve contato com a gestão da escola solicitando autorização para o estudo de como se davam as práticas inclusivas do local, a pesquisa englobou a fase de caráter observatório não participante, onde houveram 4 observações da prática do professor da sala especial, e, em outro momento entrevistas semi estruturadas, com a professora e a diretora da instituição.

Para essas entrevistas traçamos roteiros diferentes para cada uma. Para a gestora focamos em questões como: 'há quanto tempo você é gestora da escola?', 'vocês têm quantos alunos com deficiência na escola?', 'além dos alunos da sala especial, tem algum em sala de aula regular?', 'como é feita a avaliação para saber se o aluno pode ou não ir para uma sala regular?'.

Já para a professora priorizamos questionamentos sobre o funcionamento da sala, planejamento e capacitação docente, as perguntas foram as seguintes: 'qual sua formação?', 'quais atividades você prioriza na sala especial?', 'já participou de alguma formação sobre pessoas com deficiência?', 'como se dá a convivência dos alunos da sala especial com demais estudantes da escola?', 'você acha a educação dessa escola inclusiva?', 'o que acharia se incluíssem todos os alunos da sala especial nas salas convencionais?'.

Após as observações e antes das entrevistas, foi realizada a análise do projeto político pedagógico da escola no intuito de contribuir para a compreensão da identidade da Escola, uma vez que esse projeto define a concepção de homem e de sociedade.

DESENVOLVIMENTO

A história do Brasil e da sua legislação mostra descompromisso com a educação da maioria da população, sobretudo quando ela se refere a pessoas com deficiência. Em 1824 a primeira constituição previa uma educação gratuita, mas não explicitava como ela seria ofertada. Apenas com a chegada da constituição democrática de 1988 há uma priorização do atendimento especializado na rede regular de ensino com a participação de instituições particulares.

O art. 205 da nossa atual constituição no título da ordem social apresenta a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Logo, como todos somos iguais perante a lei, não deve haver diferenciação na oferta de um direito fundamental como a educação. Porém, mesmo com avanços legislativos o que vemos é a integração das Pessoas com Deficiência e não a inclusão de fato.

Quando essa prática não ocorre e o que acontece é a inserção pura e simples desses alunos com deficiência nas escolas estamos falando de integração, que não garante para o estudante nem autonomia individual, muito menos igualdade de oportunidades.

Para incluir a diversidade presente na escola é necessário haver o respeito às diferenças e especificidades de cada pessoa, o currículo trabalhado e seus conteúdos devem ser os mesmos para todo o ano de ensino, porém com métodos, recursos, estratégias, avaliações flexibilizadas. Isso se torna viável com a participação com planejamento e com o apoio da família do estudante com deficiência.

Para isso, temos como alternativa o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), que corresponde a um conjunto de princípios e estratégias relacionadas com o desenvolvimento curricular que procura reduzir as barreiras ao ensino e à aprendizagem que permitem ao docente definir objetivos de ensino, e criar materiais e formas de avaliação que se adequem a todos os alunos, de modo a que todos possam aprender na via comum de educação. O DUA considera a diversidade como uma força que faz avançar e não um desafio a vencer implica desenhar ambientes que possibilitem o acesso a todos, independentemente das suas necessidades físicas e cognitivas. A esse respeito é preciso considerar que:

O DUA constituiu uma abordagem curricular que procura ajudar os docentes a: i) responder às necessidades de diversos alunos; ii) remover as barreiras à aprendizagem; iii) flexibilizar o processo de ensino; iv) permitir aos alunos formas

alternativas de acesso e envolvimento na aprendizagem e, por último, v) reduzir a necessidade de adaptações curriculares individuais, contribuindo assim para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Nesta perspectiva sublinha-se a necessidade e a importância de os docentes desenvolverem processos de planificação da intervenção pedagógica que disponibilizem formas diversificadas de motivação e envolvimento dos alunos, que equacionem múltiplos processos de apresentação de conteúdos a aprender e, por último, que possibilitem a utilização de diversas formas de ação e expressão por parte dos alunos. (NUNES; MADUREIRA, 2015, p. 40)

Incluir não é algo que depende apenas de recursos didáticos e físicos. A escola pode ter Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), materiais para pessoas com baixa visão, livros adaptados, mas o diferencial é o profissional. Se a comunidade escolar entender a importância de incluir e apresentar vontade e atitude para mudar o processo de ensino vigente a maior das barreiras será quebrada, como é o caso da atitudinal.

Identificar as barreiras atitudinais contribuirá para erradicar ou, ao menos, minimizar o processo de exclusão social, pois, ao tomarmos consciência do que fazemos, poderemos procurar meios para a transformação coletiva e individual – desta dependerá a primeira. Portanto, a escola que se deseja inclusiva deve trabalhar na perspectiva de envolver todos na transformação constante do projeto político pedagógico e de cada pessoa como ser social e atuante (LIMA e SILVA, 2012, p.8).

Tendo em vista que a escola não pode negar matrícula a pessoas com deficiência o ideal é construir uma educação que vise o desenvolvimento global de todos os estudantes. A formação escolar é um dos principais pontos para termos cidadãos independentes e ativos, e para os estudantes com deficiência, a educação pode ser a diferença de uma vida com acessibilidade e autonomia. Como educadores, temos a obrigação de tornar o processo de ensino e aprendizagem uma construção de todos, independentemente de ter ou não alguma deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise documental

No primeiro momento, com o objetivo de conhecer os pressupostos que permeiam uma escola inclusiva optamos por realizar a análise documental do projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Este documento, construído em 2016 e com 14 páginas, apresenta a instituição e a comunidade em que está localizada.

O maior foco do documento são os resultados do SAEPE (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco), há uma grande preocupação com as notas da escola, este descreve a quantidade de avaliações por unidade e estabelece uma série de atividades a serem vivenciadas durante o ano letivo.

Com objetivos como combater a evasão e a repetência, realizar o trabalho pedagógico em consonância com os descritores do SAEPE, em sua maioria a escola cumpre a preocupação com avaliações e espaço físico, mas gostaríamos de frisar que em nenhum momento há no PPP a menção de projetos para a sala especial da escola, nem objetivos de inclusão e também apesar da dificuldade descrita no documento de trazer a família para a escola não existem ações efetivas do corpo escolar para trazer as famílias para um trabalho conjunto com a escola objetivando a formação mais completa dos alunos apesar de sua visão de futuro descrita no PPP "ser uma escola de excelência em sensibilização, ensino e cultura que integre toda a comunidade escolar, busque o crescimento e contribua para a educação das nossas crianças, jovens e adultos".

Em nenhum momento o documento cita metas para os alunos com deficiência, nem quanto a objetivos pedagógicos, de inclusão nas salas regulares, de formação ou treinamento desses professores e funcionários pela própria escola ou pela prefeitura da cidade. Não há pontos sobre planejamento, currículo. É um documento que não cita e não busca pensar na inclusão e nas especificidades dos alunos.

Análise das entrevistas e observações

Com o intuito de refletir sobre os pressupostos que permeiam o paradigma da inclusão educacional a partir da legislação, bem como as práticas pedagógicas desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência realizamos uma análise das entrevistas e das observações.

Durante as observações, a primeira dimensão observada foi a arquitetônica, a escola tem em seus corredores e na sua entrada rampas e as portas do banheiro são largas, mas isso não acontece em todas as salas de aula, a mobília também não é organizada pensando nesse tipo de locomoção, além disso o transporte escolar não é acessível para usuários de cadeira de rodas e pessoas com mobilidade reduzida. A gestora nos informou que há algum tempo uma reforma aconteceu para reformar os banheiros e colocar rampas nos corredores e entrada, pois a escola recebeu uma verba para acessibilidade.

Não há na escola, profissionais que trabalhem com Libras e braile, não vimos em nenhum momento material pensado para todos. Se aparecer um aluno com alguma deficiência

é que a coordenadora junto com o professor vai avaliar o que pode ser ofertado. Qualquer aluno com deficiência seja ela de qualquer tipo passa primeiro pela sala especial e se atender aos requisitos da professora, como: aprender a copiar do quadro, aprender a cobrir imagens, treinar coordenação motora e tiver um comportamento considerado sociável, vai poder então, independentemente da idade começar sua escolarização pela educação infantil.

A gestora permitiu que nós assistíssemos a uma aula da sala denominada pela mesma como especial. No dia 11 de maio chegamos às 07h30 horário da entrada dos alunos. A professora nos recebeu bem e pedimos para nos apresentar aos alunos. O primeiro ponto ocorreu quando os alunos foram se apresentar para nós. A professora não deixou eles mesmos falarem e disse coisas como “esse é x, ele é surdo, mas está aprendendo a tirar do quadro”, “os irmãos y e z são doentinhos da cabeça, mas são uns amores, a gente sempre os coloca pra ajudar quando tem apresentação na escola, eles gostam de ajudar”.

Observamos que as paredes estavam cobertas com atividades de cobrir e imagens do alfabeto. A professora passou a primeira atividade do dia, uma folha de ofício com questões de cobrir a letrinha U e pintar os animais e objetos que começam com a letra. Foi nesse momento que conseguimos conversar melhor com a docente. Segundo ela, a sala é vista como uma sala de educação infantil, o intuito é treinar os alunos para habilidades motoras, atividades de pontilhado, colagem e desenho são constantes para que eles consigam vir a escrever ou aprender a tirar do quadro.

No momento não há alunos com deficiência nas salas de aula comum. A sala especial não fica próxima às outras, ela fica próxima à área administrativa, ao lado da secretaria escolar. Também não há recursos didáticos adaptados, o que é levado para a sala são em maioria atividades cartilhadas de educação infantil. Na escola e no município também não há profissionais com formação em Libras ou ainda em Terapia Ocupacional, muito menos um trabalho conjunto entre a Educação e Saúde para conscientizar a família da importância de um acompanhamento com Fonoaudiólogos, Psicólogo ou os próprios TO para o desenvolvimento desses alunos.

Não conseguimos identificar quais as deficiências que esses alunos apresentam, pois, não existe um acompanhamento ou ficha para esses alunos, são todos “especiais”, todos têm o mesmo tratamento, atividades e avaliações mesmo com especificidades diferentes. Pelo conjunto de informações das observações, análise do PPP e das entrevistas, vimos que a inclusão não é uma temática discutida pelos gestores, professores e pais. Esses estudantes estão matriculados, mas não tem desenvolvimento nem aprendizagem efetivos. Estão integrados, mas de maneira nenhuma inclusos na educação escolar.

Após a observação voltamos a escola para as entrevistas, apesar de termos perguntas já pensadas especificamente para a gestora e para a professora, preferimos deixar em aberto a possibilidade de novas questões, a partir do que elas pontuassem nos poderíamos retirar ou acrescentar pontos no diálogo.

Nas entrevistas tanto a professora responsável pelo funcionamento da sala especial quanto à gestora da instituição apresentavam querer o melhor para os alunos, mas não tinham a consciência de que a superproteção que davam a esses estudantes era justamente o que os impedia de progredir. Sendo assim, apesar da falta de diversos aspectos físicos e metodológicos, é principalmente a atitude da comunidade escolar que deve ser mudada.

Na sala especial eu preparo a coordenação motora deles, ensino a falar, copiar do quadro, tem aluno que já sabe as vogais, sempre levo atividades de cobrir sabe, alguns estão na sala por muito tempo e vão continuar, mas tem casos que a deficiência é menor e a gente consegue colocar eles nas salas de ensino comum. Mas para isso a gente tem que preparar eles, porque como eles aprendem mais devagar, tem que chegar lá adiantado para não atrasar a turma e os meninos não perderem a paciência com eles. Se eles forem e os colegas brigarem vai ser pior. Enquanto eles não conseguem ficar na mesma sala, eles convivem nos corredores, nas festas daqui, já vai acostumando eles com os meninos das salas normais, já facilita.

Ou seja, não há um ensino inclusivo, o que acontece é a tentativa de adequar o aluno às necessidades da sala de aula comum da escola, para que então esse estudante tenha acesso à educação. A pior barreira encontrada foi sem dúvidas a atitudinal, em vários aspectos a visão da deficiência acima da visão como pessoa. A escola segrega os alunos com deficiência, mas o mais grave é que nas entrevistas ficou claro que isso é feito com a justificativa de proteger esses estudantes e de preparar eles para socializar com os alunos sem deficiência. A professora da sala especial, por exemplo, disse na entrevista quando questionada sobre a participação dos seus alunos nas festividades e eventos da escola disse que “é difícil, porque sou eu sozinha para olhar todos e às vezes os outros alunos não tem paciência com meus meninos” ao mesmo tempo em que diz que seus “meninos participam de tudo da escola, as mães até vem às vezes me ajudar com os que têm mais deficiência e a gente consegue incluir todo mundo”.

Na gestão a concepção é a mesma, há uma baixa expectativa em razão do que pode ser desenvolvido no processo educacional desses alunos. Ao ser questionada sobre a possibilidade de incluir os alunos da sala especial em turmas regulares, a resposta foi “se houver a possibilidade nós colocamos. É só a professora achar que eles já estão preparados para conviver”. Mas em nenhum momento foram apontados o que eles consideram conviver,

quais avaliações e comportamentos a professora espera para incluir, e principalmente que atividades ela está executando para que os alunos alcancem esses objetivos.

Tendo garantido o acesso à escola, o aluno já tem uma socialização mais ampla do que se ficasse isolado no meio familiar, mas isso não basta é preciso ofertar meios de participação efetiva nas aulas e eventos escolares para assim construir conhecimentos, isso dependerá da demanda de cada aluno, a partir do momento que existem diferentes tipos de deficiência, logo, vai haver necessidades diversas, todos os alunos são diferentes, independentemente de ser um estudante com ou sem deficiência.

Para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Isto implica em avaliar e re-desenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino. (GLAT, PLETSCH e FONTES, 2007, p.344)

Neste cenário, o ideal será um trabalho conjunto entre professores e a coordenação pedagógica para construir a partir do currículo proposto para cada série uma forma de apresentar assuntos e atividades que permitam a inclusão, para isso o desenho universal para a aprendizagem ajudará na finalidade de desenvolver a participação e o mais importante o progresso no aprendizado de todos os alunos, considerando sempre a heterogeneidade social que comporta a comunidade escolar.

Esse ideal, porém está longe da realidade da escola. Perguntamos nas entrevistas se as entrevistadas achavam que a educação da escola era inclusiva e o que elas achariam se incluíssem todos os alunos da sala especial nas salas convencionais. A professora se assustou como se não fosse possível fazer uma escola inclusiva. Como se o fato dos alunos estarem segregados em uma sala longe das outras fosse o melhor para a formação deles.

Não, não pode. Eles não estão preparados. Só ia atrasar as turmas. Eles fazem parte da escola, tem todas as datas comemorativas. Não ficam em casa, aprendem a conviver com as outras pessoas. No tempo certo e se for necessário a gente coloca na sala de aula, mas aqui eles têm um cuidado melhor, são mais bem tratados.

Para que haja inclusão é necessário orientação e respeito de todo corpo escolar, preparar professores, funcionários e alunos para receberem estudantes com deficiência, já que segundo a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em seu artigo terceiro que cita os princípios nos quais o ensino será baseado e ministrado deve haver "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós, como futuros educadores, devemos ser os agentes formativos que são necessários para o desenvolvimento intelectual e social de todos os estudantes, independentemente de qualquer diversidade que eles venham a apresentar, e isso inclui as pessoas com deficiência, devendo assim alcançar os princípios de uma escola inclusiva, principalmente por se tratar de escola pública, é dever e direito de todos uma educação de qualidade.

A conscientização é apenas o primeiro passo, para que cada vez mais alunos sejam incluídos no ensino regular, e que com o tempo a sala especial pare de existir. A partir dela a gestão pode incluir no PPP metodologias que contemplem a todos, uma estrutura física mais acessível e orientar as ações dos professores. Além de necessário, é urgente que haja mais pesquisas e projetos voltados para a inclusão das pessoas com deficiência em todos os níveis e modalidades de ensino para que essas pessoas tenham garantido o direito de uma formação completa.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Revista Santa Maria, Rio de Janeiro, 2007, v. 32, p.2.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEI nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

LEI 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LEI 13.146, de 6 de julho de 2015, Inclusão da Pessoa Com Deficiência.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas, v.5, n.2, p. 127 - 143. 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

VENTURA, Magda Maria. O ESTUDO DE CASO COMO MODALIDADE DE PESQUISA. Rev SOCERJ. Setembro/Outubro; 2007